

Caros leitores,

É com satisfação que apresentamos o segundo número do volume 5 da revista DiversaPrática, essa publicação remete-se às produções recebidas no ano de 2018. Semelhante às anteriores, esta foi organizada de modo a instigar a análise e reflexão sobre os impasses, avanços e desafios da educação brasileira. Para tanto, este número está composto por duas seções. A primeira, um dossiê, contendo 5 artigos, a segunda com outros 6 artigos oriundos do seu fluxo contínuo.

O dossiê, organizado pelo Professor Antônio Bosco de Lima e pela Professora Mariana Batista do Nascimento Silva. Intitulado “Políticas Educacionais em Tempos de Reforma e Contra Reforma”, esse dossiê está composto por cinco artigos reunidos a partir da contribuição de autores de diferentes Instituições de ensino superior com pesquisas desenvolvidas acerca das políticas educacionais no Brasil.

Em sua essência o referido dossiê abarca as políticas públicas educacionais a partir das reformas ou contra reformas implantadas e implementadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, passando por Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, chegando ao governo de Michael Temer cujo ápice foi a PEC 95/2016 que instaurou

o teto dos gastos, medida que veio congelar por 20 anos o financiamento da educação, exaurindo, portanto, os investimentos no setor.

A leitura mostra o quanto os organizadores conseguiram reunir trabalhos que oferecem elementos que contribuem com um amplo campo de debates e pesquisas, possibilitando sobretudo, a historização e investigação sobre a relação público e privado, terceirização, precarização e sucateamento da educação formal, ampliando a atuação do terceiro setor, judicializando os movimentos educacionais, arrefecimento das lutas sociais e educacionais, desmobilização dos movimentos da educação, enaltecimento da democracia e ruborização do socialismo, desprofissionalização, mercantilização da educação, esvaziamento das licenciaturas, avaliações educacionais, enfim, a possibilidade latente da barbárie instaurada e o processo de descivilização.

Os cinco artigos temáticos, desse dossiê, estão apresentados nas configurações de suas análises mais generalizadas para aspectos mais pontuais de questões que perpassam sobre a educação, o que não os tornam menores, mas dialógicos e correspondendo às perspectivas da relação todo e parte, o que leva o leitor a compreender as dinâmica e movimentos que a sociedade civil e política assimilam neste contexto de transição, no qual a democracia está sempre ameaçada. E hoje,

depois do impedimento de Dilma Rousseff e da eleição de Jair Bolsonaro, mais do que nunca.

Nesses termos, o primeiro artigo, intitulado “Trabalho Precário e Precarização Docente na Educação Básica no Brasil na Atual Fase da Acumulação do Capital”, de autoria de Fabiane Santana Previtalie e Cílon César Fagiani indica que o processo de reestruturação produtiva do capital nas economias globais está originando um novo tipo de organização e controle dos processos de trabalho mediante a introdução de tecnologias de informação e comunicação (TICs), que tem como consequência o aprimoramento das formas de exploração do trabalho, concretizadas por meio de novas formas de controle do trabalho, competitividade e o individualismo entre os trabalhadores e trabalhadoras. Segundo os autores o trabalho docente na educação básica brasileira está inserido nesse contexto.

O artigo intitulado “Uma postura epistemológica docente compatível com a orientação teórico-metodológica da pedagogia histórico-crítica”, sob tutela de Jeovandir Campos do Prado, Antonio Bosco de Lima e Wilson Augusto Costa Cabral, promove uma discussão sobre prática social e pedagógica, docente identificada com os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e com sua orientação teórico-metodológica, isto é, problematiza uma ação docente coerente

com as aspirações marxistas e, ao mesmo tempo, com o método pedagógico de Saviani.

Em seguida registra-se uma análise sobre uma das maiores polêmicas atuais da educação brasileira, “O projeto escola sem partido: considerações preliminares”, cujo autores, Carlos Lucena, Lurdes Lucena e Robson Luiz de França indicam que tal projeto não está isolado, nacionalizado, mas trata-se de um projeto que ganha força em nível internacional, atingindo o centro e a periferia do capitalismo. Os autores registram que Estados Unidos, França, Suécia, Suíça, Dinamarca, Hungria, Áustria, Finlândia, Portugal, Bélgica, Holanda e agora o Brasil, tem eleito governos ou veem crescer a força das bancadas de ultradireita. Daí o projeto, escola sem partido, ganhar adesões e possibilidades de vir a ser.

O quarto artigo, “O processo alfabetizador da criança no movimento de (re) formulação da base nacional comum curricular (BNCC)”, de autoria de Maria Alice de Miranda Aranda e Eliane de Fátima Triches, tem como objetivo trazer à tona discussões em torno do processo de (re) formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como orientadora do currículo da Educação Básica brasileira, e, neste movimento, o que o Documento indica para o processo alfabetizador da criança.

Encerrando esse compêndio, temos uma importante contribuição onde a política educacional municipal ganha destaque. O artigo intitulado “Os conselhos municipais de educação e as demandas sobre alfabetização no estado de Goiás”, conforme as autoras, Camila Alberto Vicente de Oliveira, Belarmina Vilela Cruvinel, Nayenne Helsan Santos, Nilza Aparecida Lopes Alves e Jéssica Ferreira Tolentino, o texto intenciona apresentar resultados de uma pesquisa a qual teve como objetivo verificar como os Conselhos Municipais de Educação (CMEs) do estado de Goiás têm debatido e/ou normatizado as questões relativas a alfabetização. A pesquisa em tela teve cunho documental em oito municípios de Goiás (Jataí, Mineiros, Rio Verde, Caldas Novas, Luziânia, Anápolis, Rubiataba, Cachoeira Dourada) a partir do levantamento de documentos disponíveis *online* nos sítios (e em redes sociais, em alguns casos) dos Conselhos dessas cidades.

O presente número da revista *DiversaPrática*, como já foi aludido, conta também com 6 artigos advindos de seu movimento de fluxo contínuo. Para tanto, o primeiro artigo intitulado “A Universidade no centro das relações capitalistas”, é de autoria do Professor Luiz Alberto Neves. O autor buscou apresentar elementos teóricos que buscam compreender o Ensino Superior a partir de seus traços históricos de subordinação às amarras do sistema capitalista industrial. Para o autor, esse modelo de desenvolvimento, na sociedade atual,

reduz o Ensino Superior brasileiro a uma lógica de “*produção de diplomação em massa*”. Dessa forma o artigo oferece importantes apontamentos para que o leitor possa problematizar e refletir sobre o cenário do Ensino Superior diante dos desafios que tem sido imposto à educação, em sua totalidade, considerando a dinâmica social do contexto atual.

O segundo artigo, de autoria de Luis Fernando Lopes, cujo título “O PDE e a formação continuada de professores no estado do Paraná”, apresenta uma análise acerca das políticas de formação continuada a distância de professores no Estado do Paraná, após a aprovação da LDBEN nº 9.394/96 até 2011. Especificamente, buscou-se, à luz de um referencial teórico marxista, evidenciar quais são os princípios, ontológicos, epistemológicos, ético-políticos e pedagógico que fundamentam as políticas de formação continuada a distância de professores no Estado do Paraná.

Segundo o autor, o resultado da pesquisa desenvolvida, mediante aplicação de entrevistas com professores e sindicalistas, bem como consulta e análise de uma ampla base documental, ficou evidente que, de forma semelhante ao contexto nacional, as políticas de formação continuada de professores no Paraná estão inseridas em um contexto complexo, marcado por contradições e luta de classes nas quais as iniciativas para a expansão da formação continuada a distância

de professores estão orientadas por políticas propostas por organismos mundiais, que culminam, entre outras questões, na formação de maior número de professores em menor tempo, ampliação da formação com uma redução enorme de custos e a transferência aos professores do ônus da sua formação.

Por fim, o autor acredita que o artigo traz apontamentos que poderão contribuir com a formação crítica dos professores, sobretudo no que tange ao enfrentamento das ideologias que contribuem para o acirramento da precarização e desqualificação do trabalho docente.

Já o terceiro artigo intitulado “ A autoavaliação na construção de uma prática docente de qualidade”, dos autores Maria Dolores Ferreira Lopes e Éliton Meireles de Moura, consiste numa pesquisa bibliográfica onde os autores apresentam uma reflexão acerca da autoavaliação na prática pedagógica docente, em que pese a sua importância enquanto instrumento de reflexão. Busca-se elementos que possam defender uma metodologia que utilize a autoavaliação como ferramenta para detectar onde pode estar o problema e apontar algum caminho para solucionar o mesmo, oportunizando uma educação mais criativa, reflexiva e política que possa conferir ao processo educativo a capacidade de construção, expansão da consciência individual e coletiva. Portanto, essa discussão traz caminhos interessantes para se discutir a prática docente.

No artigo quarto, intitulado “Tecnologias digitais de comunicação e informação nas escolas da região metropolitana da baixada santista”, os autores Elisabeth dos Santos Tavares, Michel da Costa e Mayra Alves Monteiro tem como foco o ensino fundamental, abordando as dificuldades que esse nível de ensino vem sofrendo em que pese, tanto a formação dos alunos quanto dos próprios docentes.

A discussão apontou as tecnologias digitais de informação e comunicação como recursos pedagógicos privilegiados com potenciais de otimização do processo de ensino e aprendizagem nas diferentes disciplinas. Para tanto, os autores chamam atenção que tais recursos, por consequência devem ser de domínio dos docentes. Nesse contexto, esse artigo poderá contribuir de forma significativa nos caminhos que buscam melhor qualidade no processo de ensino e aprendizagem no nível fundamental.

No artigo intitulado “Família e escola nas dinâmicas relacionais da pessoa com altas habilidades/superdotação (PAH/SD)”, os autores Everson Araujo Nauroski e Paula Mitsuyo Yamasaki Sakaguti, apresentam uma reflexão acerca das pessoas com altas habilidades/superdotação (PAH/SD), em relação a aspectos que envolvem esses indivíduos no ambiente familiar e escolar, sobretudo as dificuldades mais comuns que se apresentam na famílias e na escola. Em síntese, o leitor perceberá que os pesquisadores chamam atenção de



forma mais contundente para a persistência dos mitos sociais em torno do fenômeno da superdotação e dos obstáculos que eles representam para a realização de práticas efetivas de inclusão no ambiente escolar.

Por fim, com o artigo de Maria Isabel Silva e Bruno Bordin Pelazza, cujo título “Vivências de formação de professores na área da saúde: desafios docentes e comunitários nos debates sobre HIV/AIDS em Uberlândia/MG”, encerra-se essa sequência de seis artigos. Os autores apresentam o resultado de uma pesquisa interdisciplinar composta por campos de saberes da saúde, pedagogia, serviço social, estatística e a geografia médica. Para os autores, esses campos estão articulados de forma a proporcionar análises holísticas das alterações de saúde, educação, socioeconômicas e ambientais em meio aos avanços tecnológicos que tem ocorrido de maneira tão acelerada.

Tal pesquisa tem como foco a ocorrência de HIV/AIDS no município de Uberlândia, Minas Gerais, além de relatar as percepções e vivências do programa “Vida Mais Viva” do complexo de bairros periféricos da cidade. O grupo de pesquisa, contém em sua coordenação, dois professores e oito alunos do curso de Enfermagem – habilitação Licenciatura de uma Faculdade particular do município, compondo o projeto “Vida Mais Viva” o qual teve suas atividades desenvolvidas no período compreendido de fevereiro a junho de 2018, durante a disciplina Estágio em Projeto Educativo.

Os autores defendem que iniciativas como essas proporcionadas pelo referido projeto, contribui de forma significativa para a formação continuada dos professores e dos educandos, ao passo que um laboratório de educação para saúde reflete uma formação social e humanizada, com atenção às questões legais, políticas e da prática com a leitura da realidade.

Finalmente, não menos que os números anteriores, os estudos aqui apresentados trazem elementos que irão a instigar os olhares e percepções dos leitores acerca dos impasses, avanços e desafios que vem sendo suscitado na educação brasileira em seus diferentes níveis (Educação Infantil, fundamental, Médio e superior).

Boa leitura a todos.

Cinval Filho dos Reis